

PORQUE CONTINUO CONTRA AS POLÍTICAS SOCIAIS FOCALIZADAS

Réplica à recente matéria sobre o Programa Bolsa Família veiculada pelas Organizações Globo

Potyara Amazoneida P. Pereira

NEPPOS/CEAM/UnB
Grupo de Estudos POLITIZA-
PPGPS/SER/IH/UnB

Brasília, 19 de junho de 2012

Mais uma vez as Organizações Globo vieram a público, nos dias 15 e 16 de junho de 2012, para repisar um fato relacionado ao principal Programa de Transferência de Renda do Brasil – o Bolsa Família (PBF) - contra o qual sempre se posicionaram. Desta vez alardearam na imprensa falada e escrita, inclusive no horário nobre de televisão, que pressionaram o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para que este lhes fornecesse, com base na Lei de Acesso à Informação, o resultado de recente avaliação efetuada por este Ministério sobre os efeitos sociais do PBF.

Com essa informação tais Organizações deram a entender que o governo procurava esconder um efeito perverso do referido Programa que a perspicácia “da Globo” há muito já havia detectado: *os beneficiários do PBF preferem se acomodar como clientes passivos do benefício em dinheiro recebido* (que, diga-se de passagem, não chega a um salário mínimo) *do que se inserirem no mercado de trabalho formal*. Não é outra a inferência que se pode extrair do sábio conselho oferecido ao governo contido no final do editorial publicado, em 16/6, na seção Opinião, página 6, do Jornal “O Globo”, intitulado *Efeitos colaterais do Bolsa Família*: “o governo não deveria temer a divulgação de pesquisas de avaliação. É a partir delas que a própria administração pública pode melhorar”.

Certamente foi com intuito cívico de colaborar com essa melhoria que os autores da matéria jornalística novamente enfatizaram a necessidade de criar as famosas *portas de saída* da proteção social fornecida pelo Programa “pelas quais bolsistas, devidamente treinados, buscariam o sustento no próprio trabalho, um dos requisitos da dignidade humana” (Id. Id.). Ou encontrariam a “porta de entrada para a cidadania, que é a do trabalho formal”, no dizer de um economista entrevistado pela TV Globo.

Ou seja, de uma só vez, os articulistas “da Globo”, com o propósito de prestarem informações política e eticamente corretas a uma população que julgam desavisada, insinuaram que: a) o governo pretendia sonegar informações que atestavam a incompetência de suas políticas de transferência de renda aos pobres; b) há, no Brasil, trabalho formal digno para todos; c) a política de segurança de renda instituída no país - no rastro das tendências internacionais, inclusive de nações com regimes políticos liberais, como os Estados Unidos, - é indigna ou ignóbil; d) os beneficiários do PBF são pessoas de má fé, ou “vagabundos que querem ficar em casa fazendo filhos”, como disse um leitor/comentarista da matéria do Jornal; ou, ainda, conforme o próprio editorial - ao se referir a uma faxineira do estado do Piauí - prefere abrir mão do “emprego de babá, no qual ganharia salário mínimo, para continuar com os filhos, sustentada pelo Bolsa Família”.

Está certo que em meio a essas inferências fenomênicas, isto é, baseadas em manifestações empíricas (e geralmente enganosas) do fato analisado, os articulistas “da Globo” reconhecem que o Programa “melhorou a cobertura de vacinas, incentivou a frequência escolar, reduziu o trabalho infantil e deu mais poder às mulheres ao transferir renda preferencialmente a elas”. Mas, implicitamente, parecem perguntar: o que é isso diante do “pecado” intencionalmente cometido pela maioria dos beneficiários do PBF de utilizarem o Programa como um contraponto a trabalhos (escravos, precários e vis, que lhes são oferecidos), ou como um meio de manter mães faxineiras do nordeste como cuidadoras de seus próprios filhos? Para mim, é justamente esse “pecado” que constitui a “virtude” do Bolsa Família, virtude esta que o Programa pouco divulga ou se revela tímido em assim proceder diante da ira dos *darwinistas sociais* brasileiros que invocam, irresponsavelmente, a autorresponsabilização do pobre pelo próprio sustento.

Contudo, ao fazer essa afirmação, não quero dizer que o Bolsa Família esteja isento de críticas e não mereça revisões. Nisso, eu concordo plenamente com os referidos articulistas. Porém, as minhas críticas ancoram-se em outros pressupostos teóricos e políticos e, conseqüentemente, não se perfilam ao lado dos ideólogos do *workfare* (bem-estar em troca de trabalho, de origem norte-americana) e das políticas de *ativação* dos pobres para qualquer emprego que, em âmbito mundial, vem sendo defendidos pelos setores neoliberais-conservadores que dominam os meios de comunicação de massa.

Em primeiro lugar é bom que se diga que a “armadilha da pobreza” (*poverty trap*, interpretada como o aprisionamento institucionalmente induzido dos pobres no circuito da miséria) criada, paradoxalmente, pelo Bolsa Família, não é uma especificidade deste Programa; mas sim, das políticas sociais focalizadas, incentivadas pelo Banco Mundial, como forma de restringir os subsídios públicos nos mais necessitados, os quais, para se manterem elegíveis, não podem auferir renda acima de um *quantum* monetário mínimo estabelecido por essas políticas. Logo, a recusa do trabalho formal, com carteira assinada, pelos beneficiários do PBF, é uma estratégia de sobrevivência imposta indiretamente pelas perversas políticas focalizadas das quais o Bolsa Família pode ser um exemplo. Entretanto, isso não significa que tais beneficiários não trabalhem, ou fiquem pachorrentamente em casa, aumentando a prole, até porque vários não tem casa (como os moradores de rua) e o recurso recebido do Programa efetivamente não os sustenta. Para surpresa de muitos, os indigentes brasileiros - assistidos ou não pelos poderes públicos - são trabalhadores pauperizados, que se autossustentam por iniciativa própria, sob o acicate da extrema pobreza. Pesquisa recente sobre os moradores de rua de Brasília revela que apenas 10,6% desse segmento populacional pedem esmola e somente 0,5% fazem da prostituição a sua principal fonte de renda (GATTI e PEREIRA, 2011). Além disso, segundo a Secretaria Extraordinária de Erradicação da Pobreza do atual governo federal, 70% dos adultos entre 17 e 59 anos de idade, que recebem o Bolsa Família, trabalham (LAVINAS, 2012) em atividades que, por serem informais, exigem mais que o dobro de horas exigidas pelo trabalho formal.

Em segundo lugar, é preciso desmitificar a falsa ideia de que todo trabalho é nobre e digno, incluindo o formal; e de que os programas de assistência social devam deixar de ser um elo importante de uma cadeia articulada de proteções sociais devidas pelo Estado, para se transformar em mero “trampolim” (termo agora preferido pelo Banco Mundial) para ejetar os pobres do seu âmbito, por princípio desmercadorizado, para qualquer tipo de trabalho ou atividade remunerada. Como já dizia, em 1992, o conhecido economista John Kenneth Galbraith, por sinal um velho liberal, falar de trabalho de forma unívoca é *ilusão* ou até mesmo *fraude*, porque existem trabalhos ignóbeis, que degradam o ser humano ou funcionam, acrescento eu, como “armadilha da pobreza”. Nos últimos cinco anos, o governo brasileiro tem se esforçado para inserir os beneficiários do Bolsa Família no trabalho formal, especialmente nas obras da

construção civil do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Mas, a realidade tem mostrado que tais beneficiários carecem de preparo básico (físico e profissional) até para o exercício de tarefas aparentemente de baixa qualificação.

Em terceiro lugar, é preciso também desmitificar o discurso que identifica a educação com treinamentos aligeirados e de curto prazo para ajudar os programas de assistência social a ejetarem os pobres do seu seio para o trabalho precário. Tal mística, conforme Löic Waquant (2001), deu asas à concepção neoliberal do termo “learnfare” (bem-estar por meio de aprendizagens pontuais) que, junto com a prática corrente do “workfare”, estabelece que a grande função do Estado contemporâneo é a de adestrar compulsoriamente os cidadãos desempregados para a sua inserção formal no “precarariado” (conceito que hoje em dia expressa a inserção precária da maioria dos trabalhadores no mercado de trabalho flexível e desprotegido).

Por isso, em vez de ficarmos discutindo sobre a ponta do *iceberg*, devemos dar um mergulho mais fundo na problemática que contempla os programas de transferências de renda condicionadas da atualidade, para descobrirmos o que não é aparente, isto é, está submerso. Começemos por atacar as políticas sociais focalizadas na pobreza e a ideologia neoliberal que as sustenta voltando, também, os olhos inquiridores para os verdadeiros beneficiários da generosa assistência do Estado em meio à atual crise estrutural do capital: empresários e banqueiros que, ao menor sinal de prejuízo financeiro nos seus negócios, são prontamente socorridos com transferências de vultosas somas de dinheiro do povo, do qual a maioria é trabalhadora e certamente inclui os beneficiários do Bolsa Família.

REFERÊNCIAS

- GALBRAITH, John Kenneth. *A cultura do contentamento*. São Paulo: Pioneira, 1992
- GATTI, Bruna Papaiz; PEREIRA, Camila Potyara (orgs.) Projeto renovando a cidadania: pesquisa sobre a população em situação de rua do Distrito Federal. Brasília: Gráfica Executiva, 2011.
- GOIS, Antônio; DUARTE, Alessandra. Bolsa Família, mas sem carteira de trabalho assinada. In: *Jornal O Globo*, 15/06/2012.
- JORNAL O GLOBO. Opinião. Efeitos colaterais do Bolsa Família, 16 de junho de 2012.
- LAVINAS, Lena. Brasil, de la reducció de la pobreza al compromiso de erradicar la miséria. In: *Revista CIDOB d'afers internacionals*, num. 97-98, 2012.
- WACQUANT, Löic. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

